



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO Nº 3040/2015

PROCESSO Nº JF-AC-0003340-17.2014.4.01.3000-INQ (IPL Nº 0410/2013)

ORIGEM: 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

PROCURADOR OFICIANTE: FELIPE VALENTE SIMAN

RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE PEDOFILIA (LEI 8.069/90, ART. 241-A). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 28 DO CCP C/C ART. 62-IV DA LC 75/93). DIVULGAÇÃO DE IMAGENS DE PORNOGRAFIA INFANTIL POR MEIO DA INTERNET. MPF: AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. MATERIALIDADE EVIDENCIADA NOS AUTOS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF.

1. Inquérito policial instaurado para apurar prática do crime previsto no artigo 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90), em razão da divulgação de imagem com conteúdo pornográfico envolvendo adolescentes através da rede mundial de computadores, em página da rede social Facebook
2. O Procurador da República manifestou-se pelo arquivamento, ao argumento de que não restou demonstrada a materialidade delitiva, uma vez que o computador do acusado não foi apreendido.
3. Discordância do Magistrado, tendo em vista que a exposição de fotografia de menores em trajes íntimos em página onde são divulgado conteúdo pornográfico comprova a materialidade do delito. Os crimes do artigo 241 e seguintes do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8069/90) compostos por tipos mistos alternativos, quaisquer das condutas ali praticadas seriam suficientes para a consumação. Remessa à 2ª CCR/MPF, nos termos do art. 28 do CPP c/c art. 62-IV da LC 75/93.
4. O arquivamento só seria admitido se, esgotadas as diligências possíveis, existente demonstração inequívoca, segura e convincente da absoluta ausência de materialidade e autoria, sem o que se impõe o prosseguimento da apuração, o que não é o caso dos autos. Em razão do forte lastro probatório acostado aos autos, justifica-se o prosseguimento das investigações.
5. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de inquérito policial instaurado a partir de notícia crime encaminhada pela polícia civil para apurar a suposta prática do crime previsto no art. 241 do ECA, supostamente praticado pelo administrador do grupo

denominado “Safadinhas de Rio Branco”, mantido no Facebook, onde há divulgação de conteúdos sensuais e pornográficos.

O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do inquérito, aduzindo que não foi possível comprovar a materialidade do crime de pedofilia por meio da internet (fls. 64/65).

O MM. Juiz Federal discordou do arquivamento ressaltando que:

“(…) Embora tenha o MPF requerido arquivamento, por não ter sido configurado qualquer delito, tenho que é prematuro chegar a essa conclusão, tendo em vista que o delito previsto no art. 241-A, do ECA, prevê como crime a transmissão ou divulgação, inclusive de fotografia, mas desde que contenham registro de sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança ou adolescente, o que ocorreu no caso presente, pois a fotografia divulgada, de duas adolescentes com roupas íntimas, embora sem que fosse configurado registro de sexo explícito, tem conotação pornográfica.” (fls. 68/69).

Mantido o dissenso, os autos foram remetidos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28 do CPP c/c art. 62-IV da LC 75/93.

É o relatório.

Com a devida *vênia* do Procurador da República, entendo que o arquivamento mostra-se prematuro.

Como bem ressaltou o Magistrado Federal, os crimes do art. 241 e seguintes do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8069/90) são compostos por tipos mistos alternativos, sendo que a realização de quaisquer das condutas ali praticadas já é suficiente para se consumar o crime.

Exemplo disso é o art. 241-A da Lei 8069/90, que contém vários atos que individualmente podem configurar o tipo penal:

Art. 241-A. Oferecer, trocar, **disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar** por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente (grifei).

O arquivamento só seria admitido caso esgotadas as diligências possíveis, existente demonstração inequívoca, segura e convincente da

absoluta ausência de materialidade e autoria, sem os quais se impõe o prosseguimento da apuração, o que não é o caso dos autos.

Diante disso, o arquivamento do inquérito afigura-se inapropriado em razão dos indícios mínimos acostados aos autos, justificando-se o prosseguimento das investigações para a melhor elucidação do caso.

Ante o exposto, voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Acre, com as homenagens de estilo, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem.

Brasília-DF, 27 de maio de 2015.

Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República
Titular - 2ª CCR/MPF

/JFA.